



Assinatura: Mesa Diretora – 13/09/2021

Presidente: Max Russi

1º Secretário: Eduardo Botelho

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2021/SCCC/ALMT

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito das disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações que efetuou a seguinte Contratação:

Espécie: Contrato nº 102/2021/SCCC/ALMT

Contratada: MCR Sistemas e Consultoria Ltda

Objeto: Aquisição de licenças de uso de Software Adobe, em última versão disponibilizada e atualizada pelo fabricante, com suporte e atualização.

Valor: R\$ 157.800,00 (cento e cinquenta e sete mil e oitocentos reais).

Vigência: 13/09/2021 a 13/09/2022

Assinatura: Mesa Diretora – 13/09/2021

Presidente: Max Russi

1º Secretário: Eduardo Botelho

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2021/SCCC/ALMT

A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito das disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações que efetuou a seguinte Contratação:

Espécie: Contrato nº 103/2021/SCCC/ALMT

Contratada: ABR Informática Peças e Serviços - Eireli

Objeto: Aquisição de licenças de uso de Software Coreldraw, em última versão disponibilizada e atualizada pelo fabricante, com suporte e atualização.

Valor: R\$ 134.391,00 (cento e trinta e quatro mil, trezentos e noventa e um reais).

Vigência: 13/09/2021 a 13/09/2022

Assinatura: Mesa Diretora – 13/09/2021

Presidente: Max Russi

1º Secretário: Eduardo Botelho

ATO Nº 564/2021

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno;

E considerando as disposições do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;

RESOLVE:



Art. 1º Designar os servidores abaixo elencados para atuarem junto à fiscalização do Contrato nº 074/2021/SCCC/ALMT, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, conforme Memorando nº 1429/2021-SG, da Secretaria Geral/ALMT, Protocolo SGED 2021/39965094.

CONTRATO Nº	CONTRATADA	OBJETO	FISCAL	SUPLENTE
074/2021	Associação Mato-Grossense de Magistrados - AMAM	Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores da ALMT, na Modalidade <i>In Company</i>	Cristian Pereira Oliveira – Matrícula nº 44013	Bianca Marielle Dias de Carvalho – Matrícula nº 42335

Art. 2º Caberá à fiscalização do contrato, garantida pela administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e nas Instruções Normativas SCCC-01/2014 e SCCC-02/2014, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, no que for compatível com o contrato em execução:

- I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade;
- II – Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade e, quando da necessidade de prorrogação da vigência, dar início ao processo com prazo mínimo de 90 (noventa) dias;
- IV – Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- V – Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
- VI – Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
- VII – Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
- VIII – Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
- IX – Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
- X – Autorizar formalmente, salvo não houver pendências/irregularidades, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
- XI – Encaminhar, após análise e Manifestação Técnica, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- XII – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário, após análise e Manifestação Técnica;

Art. 3º O descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos à fiscalização implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade administrativa, civil e/ou penal.

Art. 4º Dê-se ciência aos servidores designados.

Art. 5º Esta Portaria passa a vigorar e ter validade retroativa a data de 20/05/2021, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADO, PUBLICADO, CUMPRA-SE.

Sala de Reuniões, Cuiabá/MT, 09 de setembro de 2021.

Dep. Max Russi _____ Presidente